

A figura retórica pode desempenhar um papel argumentativo?*

*Traduzido do francês por Kati Eliana Caetano
e Lucrecia D'Alessio Ferrara

JEAN MARIE KLINKENBERG
Universidade de Liège / Bélgica

Resumo

Partindo da distinção entre retórica da argumentação e retórica das figuras, o autor propõe o estudo do papel argumentativo da figura retórica analisando seu objeto e parâmetro epistemológico. A retórica argumentativa tem como objeto o discurso social e sua eficiência pragmática. A retórica das figuras retoma a “elocutio” da retórica clássica e os desvios expressivos da norma. Nos dois casos, temos a atenção voltada para os processos da enunciação que evidenciam conflitos argumentativos distintos, porém apresentam-se possibilidades inegáveis de interação com o leitor.

Palavras-chave

retórica, argumentação, enunciação, interação

Abstract

From the distinction between rhetoric of argumentation and rhetoric of figures, the author proposes the study of the argumentative role of the figure rhetoric by analyzing its object and epistemological parameter. The object of the argumentative rhetoric is the social discourse and its pragmatic efficiency. The rhetoric of figures retakes the “elocutio” of the classic rhetoric and the expressive deviance of the rule. In both of cases, we have the attention focused on the enunciation processes, which evidence distinctive argumentative conflicts; however, undeniable possibilities of interaction with the reader are presented.

Key words

rhetoric, argumentation, enunciation, interaction

Gostaria aqui de defender a tese segundo a qual a figura de retórica – penso especificamente no tropo – desempenha um papel argumentativo. Ao formular essa tese, vai-se de encontro à idéia, clássica, de uma distinção entre a retórica das figuras e a retórica da argumentação. É por uma retomada dessa distinção que deveremos começar, antes de fornecer uma descrição nova da figura – essencialmente pragmática –, o que nos permitirá em terceiro lugar abordar o problema de seu papel argumentativo.

1. As duas neo-retóricas

Há então duas neo-retóricas, que poderemos, respectivamente, denominar retórica da argumentação e retórica das figuras. A oposição entre elas pôde ser conduzida de dois pontos de vista: de acordo com os objetos com os quais elas se preocupam e segundo seus estatutos epistemológicos.

Primeiramente o objeto. A primeira neo-retórica se consagraria ao estudo dos mecanismos do *discurso social* geral e à sua eficácia prática. Como se vê, ela se confunde bastante com a pragmática. Oriunda dos filósofos do direito, ela supunha ocupar o terreno deixado livre pela lógica, que se tinha formalizado a ponto de, pouco a pouco, perder o contato com a realidade prática; ora, quando se trata de convencer, não se trata mais apenas de deduzir e de calcular, mas sobretudo de argumentar. Os campos de aplicação da primeira neo-retórica foram, portanto, de início, principalmente a

propaganda política ou comercial, a controvérsia jurídica, ou ainda a discussão filosófica.

A segunda neo-retórica se desenvolveu entre os lingüistas estimulados pela pesquisa de estruturas lingüísticas consideradas específicas da literatura. Essa pesquisa deu origem à poética contemporânea, encontrando em seu caminho conceitos elaborados no quadro da retórica antiga, como aquele de figura. Desde então, tem-se apresentado com freqüência essa segunda retórica como uma “retórica restrita”: restrita em relação à retórica clássica e à primeira neo-retórica, pois ela parece só se preocupar com fatos que resultam da *elocutio* – uma das partes da retórica antiga –, enquanto que a primeira tende a recuperar integralmente a herança do passado e se apresenta então como mais geral.

É possível igualmente opor as duas neo-retóricas tomando por critério seu estatuto epistemológico: a primeira, tendo uma vocação social, se preocuparia com objetos comuns; ela se interessaria portanto com o idêntico rejeitando fora de seu campo de interesse o que é considerado excepcional. A segunda se preocupa com o que parece, de início, ser o excepcional: a literatura tem sido, com efeito, freqüentemente descrita como um lugar de rupturas, e a figura como um desvio concernente à maneira considerada normal de se exprimir; se essa segunda retórica rejeita qualquer coisa, é, em suma, o banal.

Em outros trabalhos, já demonstrei a extrema fragilidade dessa oposição¹. Persegurei agora essa demonstração a partir do caso particular do papel argumentativo da figura.

Podemos, desde já, notar três pontos que as duas neo-retóricas têm em comum.²

De início, todas as duas são disciplinas que estudam o discurso ou seja, os fatos da fala. Na medida em que elas se debruçam

1. J.-M. Klinkenberg, 1990; 1996a; 1998.

2. Outros aspectos desses pontos comuns os distinguem da retórica antiga, da mesma maneira como ciência e técnica se opõem. A retórica antiga era essencialmente empírica, o que a conduziu a taxinomias abstrusas das quais nos rimos – do entimema à etopéia ...[*Observação dos tradutores: utilizamos a denominação de duas figuras que o leitor brasileiro poderá encontrar nos dicionários com relativa facilidade, pois as duas figuras citadas pelo autor são termos que nem os bons dicionários de francês registram; uma delas é*

sobre o enunciado, é para nele estudar as marcas da enunciação. São, portanto, inseparáveis de uma abordagem pragmática.

Em seguida, as duas neo-retóricas se fundam sobre a existência das variedades semióticas, e tiram sua eficácia das correlações que existem entre a repartição dessas variedades e as estratificações sociais.

Gostaria, porém, de chamar a atenção especialmente sobre um último parentesco, mais fundamental.

Enquanto disciplinas pragmáticas, as duas neo-retóricas têm por principal fundamento o princípio da cooperação. Teremos a ocasião de vê-lo em detalhe ao tratarmos da retórica das figuras, mas esse conceito é também central para a retórica da argumentação. Para que haja argumentação, são necessárias, efetivamente, duas condições: a) é preciso que haja conflito, mas (b) que esse conflito não pareça tão insuperável a ponto de ocorrer uma recusa da interação. Essa retórica pode, então, se definir como a negociação, pelos procedimentos simbólicos, da distância que separa os interlocutores ou seja, como uma cooperação. Só há troca, de fato, na medida em que haja ao mesmo tempo distância e proximidade entre os interlocutores. Uma identidade total, que seria uma fusão, suprime toda necessidade de comunicação, e esta é impossível no caso de uma alteridade total. Argumentar é reordenar essa oposição, portanto recorrer a uma mediação. A argumentação parece assim um tipo particular de mediação discursiva. Quanto à figura, ela consiste, como se verá em detalhe mais adiante, em associar dialeticamente

"synchyse" e o leitor curioso encontrará um belo exemplo dessa figura no "nono exercício de estilo" do singular livro de Raymond Queneau intitulado Exercices de style (1947, p.16)] –. A retórica contemporânea pretende analisar a posteriori os fatos de fala e de discurso e sistematizar as regras gerais de sua produção. À enumeração, ela substitui portanto a elaboração de modelos que dão conta da generalidade do fenômeno visado, tornando acessória a preocupação com a classificação. Em segundo lugar, a retórica antiga constituía um conjunto de regras normativas, enquanto que a nova não pretende mais fornecer os meios para produzir os enunciados performantes, mas sim os meios para descrever enunciados, qualquer que seja a qualidade deles. Terceira oposição: a retórica antiga se colocava do lado da produção intencional de efeitos. A nova desqualifica a intenção – ou, ao menos, a recoloca na posição de um simples fator na competência pragmática –; ela se situa do lado da recepção e da hermenêutica.

dois sentidos diferentes, ou seja, a mediá-los. Voltaremos a esse conceito de mediação, que visa aqui à negociação de uma oposição, na qual os termos são ao mesmo tempo conjuntos e disjuntos.

2. A figura

2.1 Duas preliminares ao estudo da figura: isotopia e cooperação

Entende-se por cooperação um princípio que rege todas as trocas semióticas, e às quais os participantes da troca devem se conformar. Tem sido freqüente, a esse respeito, utilizar a imagem de um contrato.

Ao empregar o termo de cooperação, não se quer dizer que o ideal de toda comunicação seja que os interlocutores se refiram às regras estáveis estruturadas num código único que seria perfeitamente idêntico para cada um deles; não se quer, de maneira alguma, sugerir que esses interlocutores ocupem um lugar fixo na relação que eles entretêm³. A comunicação não constitui, porém, uma transferência linear de informações, uma seqüência de emissões unilaterais e descosturadas, mas um processo interativo, em que emissor e receptor desempenham simultaneamente um papel ativo.

É justamente a essa concepção dinâmica que remete o princípio de cooperação: ele significa que as trocas semióticas são os produtos de interações no seio das quais cada interlocutor reconhece, ao menos, uma orientação comum. Tal objetivo pode evidentemente estar explícito ou ficar implícito, pode ser objeto de um verdadeiro consenso ou se impor dolorosamente, pode aparecer desde o início da interação ou ir se construindo no seu curso.

A formulação do princípio de cooperação sob forma de máximas (do gênero, “seja pertinente”), clássica desde Grice, é, no entanto, um pouco infeliz. Com efeito, as máximas aparecem

3. Essa idéia simplificadora sugeriu a certos lingüistas a imagem do “circuito da comunicação”, onde cada um ocupa uma posição que o outro pode vir a ocupar depois (o emissor torna-se o receptor e assim por diante...).

tanto como receitas a aplicar tendo em mira conseguir uma boa comunicação quanto como normas em que, fora das quais, só haveria comunicações fracassadas. Além disso, essa formulação – e as conotações que veicula a palavra cooperação – parecem remeter a uma espécie de conveniência semiótica: elas respiram o otimismo e, amiúde, um certo ar angelical.

Tal angelismo, no entanto, é desmentido pelos fatos observados em todas as disciplinas humanas, da sociologia à psicanálise e da antropologia à polemologia. As trocas semióticas não são, com efeito, necessariamente o fruto de consensos serenos: elas podem carregar a marca de diferenças ou de tensões, e mesmo instituir essas diferenças ou exacerbar suas tensões. A despeito do que parece sugerir a máxima de qualidade, pode-se muito bem mentir; e numerosos discursos – do comunicado militar a certas publicidades – têm exatamente esse objetivo. A despeito da máxima de modalidade, pode-se, por sua vez, exprimi-la de maneira confusa, e numerosos discursos não se privam disso; por exemplo, aqueles do paciente em psicanálise ou os das administrações.

Há, então, na interação semiótica, um princípio que parece entrar em contradição com aquele da cooperação, inclusive no sentido otimista do termo. Podemos chamá-lo de princípio de diferenciação, ou de divergência. É dessa aparente contradição entre cooperação e diferenciação que interessa sair.

É possível, por isso, redefinir o princípio de cooperação não como uma norma regendo as relações entre interlocutores, mas como uma tendência à pertinência, observável ao mesmo tempo em cada um dos falantes. Trata-se aí de um problema de economia semiótica. Entende-se, com efeito, por tendência à pertinência o fato de que os interlocutores visem todos a otimizar a eficácia da maneira como eles tratam a informação no curso da troca (Klinkenberg, 1996b). Essa reformulação mais prudente do princípio de cooperação nos permite escapar da contradição assinalada acima: sempre existe a possibilidade de se submeter ao princípio de cooperação visando, ao mesmo tempo, a objetivos “egoístas” (por exemplo: exercer um poder simbólico sobre um interlocutor, convocando-o, enganando-o etc.). A cooperação representa o custo a

admitir para obter esse lucro semiótico pesquisado. Eliminam-se assim as conotações otimistas da palavra: mesmo numa disputa, há cooperação. Parece coerente afirmar que, apesar da máxima de qualidade, as pessoas parem de mentir ou de simular: mente-se em virtude dessa máxima.

A cooperação é um conceito que é relativo à enunciação. Sua reformulação em termos de economia semiótica permite ver que ele concerne também ao enunciado.

Para isso, devemos retornar ao conceito de isotopia. Esse conceito é normalmente vinculado àquele de redundância (redundância: em “eu bebo água”, o traço “liquidez” está presente duas vezes: em “água” como sema e em “bebo” como classema). Mas será oportuno repensa-lo. É correto, de fato, vincular a isotopia ao conceito de pertinência, ou de economia semiótica. Todo elemento de um enunciado se inscreve, assim, no contexto criado pelos elementos que o precedem. Vê-se que há, aí, um efeito multiplicador de pertinência: num enunciado redundante, abaixa-se o custo semiótico da troca maximizando, ao mesmo tempo, seu ganho. As informações já fornecidas vêm servir de pano de fundo às novas. Associando-se às primeiras, elas produzem novas informações e assim por diante. O enunciado vê, então, sua coerência reforçada. Mesmo que de passagem, ter-se-á corrigido a definição da isotopia num ponto: ela não é só propriedade do enunciado, pois, enquanto parceira que produz a homogeneidade semântica, a enunciação é sua parceira na tarefa de otimizar a troca.

Redefinido o princípio de cooperação desse modo, voltemos, agora, ao seu funcionamento na troca. Em toda comunicação, presume-se, de uma parte e de outra, que o princípio é respeitado. Iremos ver, estudando a figura, que essa regra pode ser observada mesmo no caso em que a utilização inadequada das máximas pareça ter como resultado uma ruptura da cooperação.

2.2 A figura: um mecanismo em quatro etapas

A figura retórica é um dispositivo que consiste em produzir sentidos implícitos, isto é, faz que o enunciado onde ela se manifesta

seja polifônico. Isso quer dizer que as manipulações contextuais particulares, destinadas a salvaguardar o princípio geral de cooperação, obrigam o receptor a 1) não se satisfazer com um ou vários elementos presentes na superfície do enunciado (é o que chamaremos grau percebido), e a 2) produzir um conjunto impreciso de interpretações que vem se superpor a esse grau percebido (conjunto difuso de interpretações que chamaremos grau concebido). Acabamos de falar de superposição: não se trata aqui de uma simples substituição, como poderia fazer crer a terminologia tradicional, a qual falava de sentido próprio e sentido figurado. O efeito retórico, que pode ser hermenêutico, poético ou cognitivo, provém, de fato, da interação dialética entre o grau percebido e o conjunto difuso chamado de grau concebido.

Tomemos logo como empréstimo um exemplo lingüístico pertencente à vida cotidiana. Trata-se de uma figura quase extinta, o que tornará a demonstração mais clara. Seja uma jovem otimista que declare: “Eu me casei com um anjo.”

É possível distinguir quatro etapas na produção dessa figura.⁴ A primeira etapa (1) é a identificação de uma isotopia no enunciado. Como se lembrou acima, todo elemento de um enunciado inscreve-se no contexto criado pelos elementos que o precedem. É importante ressaltar aqui que os elementos projetam, na sua frente, uma certa expectativa deles; e que essa expectativa pode ser preenchida ou frustrada pelos elementos que o sucedem. Podemos imaginar, por exemplo, um contexto que seria aquele de uma conversa com a jovem otimista mencionada acima: ela nos conta (uma parte de) sua nova vida conjugal, e cada elemento novo de sua conversa – por exemplo, as proezas (esportivas) de seu esposo ou suas considerações sobre o clima reinante durante sua viagem de núpcias – faz sentido, em termos de economia, ao se combinar com os elementos já fornecidos e essa redundância produz, como já assinalamos, um efeito multiplicador de pertinência.

4. É evidentemente por comodidade que procedemos como se os mecanismos se sucedessem cronologicamente. Na verdade, eles são simultâneos, ou ao menos se produzem num lapso de tempo extremamente breve, que a fisiologia permitiu colocar em evidência sob o nome de onda N-400.

A segunda etapa (2) é a identificação de uma não-pertinência. O receptor do enunciado constata a existência nele de uma incompatibilidade enciclopédica entre o sentido de “casar” – que faz esperar um complemento designando um ser de carne e osso – e o complemento efetivamente produzido, que designa outra coisa completamente diferente: um “ser sobrenatural, que faz o papel de mensageiro celeste”. Esse “anjo” frustra a expectativa, porque a conversação, até então, não tinha o rumo nem de um curso de teologia nem de uma conferência sobre a mitologia. Constata-se uma incompatibilidade enciclopédica entre o sentido de “casar” e o complemento que o enunciado nos impõe e que designaremos, por isso, de “grau percebido”. Uma vez que essa incompatibilidade produz uma ruptura de isotopia, pode-se dar a ela o nome de alotopia.

No entanto, o receptor vai além dessa simples constatação de incompatibilidade e, por esse motivo, ele se adentra nos domínios da terceira etapa (3), formada pela reconstrução de um grau concebido. Trata-se de uma operação de inferência, destinada a salvar o princípio geral de cooperação. Essa etapa comporta em si duas suboperações bem distintas, embora ambas se fundam na propriedade que têm os enunciados para serem redundantes e na busca da manutenção da cooperação.

A primeira suboperação (3 a) surge da identificação do grau percebido da figura. Na verdade, na etapa (2), o que identificamos é uma simples incompatibilidade entre um elemento *a* e um elemento *b* do enunciado, mas nada indica *a priori* que o elemento não-pertinente nesse enunciado seja antes *a* do que *b*. É a isotopia do enunciado que nos indicará com precisão o elemento que é necessário considerar como não-pertinente. No nosso exemplo, a isotopia geral do enunciado é “humano”(os enunciados preservam os propósitos acerca do casamento), de modo que o grau percebido da figura seja facilmente identificável: quem é alotópico é precisamente o “anjo”. Da perspectiva de uma isotopia teológica ou mitológica, nos textos místicos ou nessa literatura de fim de milênio tão preocupada com os anjos, “anjo” se justificaria e, sendo assim, o que, a final de contas, resultaria não-pertinente em todos esses casos seria “casar”. Mas, no caso, o contexto humano criado

pela interação constitui uma justificativa suficiente para fazer de “casar” o pivô do enunciado.

A segunda suboperação (3 b) se reporta à produção propriamente dita do grau concebido. Convém, a partir deste instante, elaborar, ao lado do grau percebido, imposto pelo enunciado, um conteúdo compatível com o restante do contexto, pelo fato de ser por ele programado. O contexto, comportando “casar”, permitirá avançar a hipótese de que /anjo/ designa aqui uma certa categoria de seres carnis (vê-se uma vez mais a importância do jogo da redundância nesse cálculo) e, mais precisamente, de “ser humano de sexo masculino”, única hipótese razoável, no estado atual de nossas legislações, sobretudo porque “eu me casei” é pronunciado por uma mulher. Chamemos esse semema de grau concebido 1.

A quarta etapa (4) é a superposição desse grau percebido e desse grau concebido 1. Tal superposição, capital numa figura retórica, se opera graças ao estabelecimento de um liame dialético entre grau concebido e grau percebido. Em “eu me casei com um anjo”, selecionam-se os componentes semânticos compatíveis entre o percebido “anjo” e o concebido, com a finalidade de que tais componentes possam ser aplicados ao segundo (“suavidade”, “ternura”, “beleza”, “pureza”, “bondade”), fazendo, assim, com que o grau percebido completo não seja simplesmente “ser humano de sexo masculino”, mas sim “ser humano de sexo masculino meigo, terno, bom etc.”. É por isso que, para indicar o caráter provisório que “ser humano de sexo masculino” tinha na nossa descrição, falamos de “grau concebido 1”. Chamaremos grau concebido 2, ou grau concebido terminal, o conteúdo “ser humano de sexo masculino meigo, terno, bom etc.” Esse conteúdo opera uma mediação entre as duas categorias bem distintas que são “anjo” e “ser humano de sexo masculino”.

Para ser bem claro, podem ser distinguidas subetapas neste cálculo mediador (4). A primeira (4 a) consiste num exame das compatibilidades lógicas entre o percebido e o concebido. Há certamente pontos em comum entre “anjo” e “ser humano de sexo masculino”: “aparência humana”, por exemplo. Mas não é esse

fundamento lógico que interessa: não há muitos outros pontos comuns entre a imagem que se tem dos anjos e aquela que se tem dos homens, e se entende que não é sobre a sua vaga semelhança física que nossa interlocutora queira atrair nossa atenção. A segunda subetapa (4 b) é de longe a mais importante: ela consiste em projetar sobre o grau concebido todas as representações que temos do percebido. É assim que, no nosso exemplo, tal interlocutor projetará o traço “benevolência”, enquanto outro privilegiará o traço “pureza”. (Encontramos aqui a poliacroase⁵ da retórica antiga).

Façamos uma dupla parada sobre a noção de grau concebido.

A primeira coisa a sublinhar, mais uma vez, é que não se substitui uma porção de enunciado desviante ou incompleto por um “sentido próprio”: é a interação entre os dois graus que funda a figura. Uma simples “substituição” suprimiria toda mediação.

A segunda é que o singular da expressão “grau concebido” não deve nos enganar: como se viu, o grau concebido completo é um conjunto que pode ser relativamente complexo e que não se pode, em geral, glosar de maneira simples.

3. A figura e a argumentação

Essa descrição nos permite sublinhar quatro papéis argumentativos desempenhados pela figura.

3.1 A figura sublinha o papel da cooperação na comunicação

A alotopia constitui um atentado contra o código enciclopédico comum que funda a comunicação, enquanto que sua reavaliação permite manter intacto o contrato de cooperação que liga os

5. Observação dos tradutores. O termo poliacroase pertence, realmente, à metalinguagem da chamada retórica antiga e foi retomado, na atualidade, por Tomás Albaladejo, professor da Universidad Autónoma de Madrid em suas análises dos discursos políticos. Todo indica que o termo foi considerado conveniente, pois pesquisadores americanos começam a utilizá-lo também em tra-

interlocutores. De um lado, o enunciador produz um desvio em relação à enciclopédia, mas postula que o receptor superará essa ruptura; de outro, o receptor confrontado a um enunciado desviante aposta no caráter significante desse enunciado e produz, então, um trabalho de reinterpretação.

Para bem se persuadir disso, pode-se estabelecer uma tipologia das reações possíveis a uma ruptura.

Teoricamente, essas reações são em número de cinco. Apenas uma dentre elas (a reação nº 3) dá lugar a um sentido retórico, conforme ao que vem sendo descrito.

A primeira reação possível é a não consciência: o receptor não constata a disjunção. Para ele, todo o enunciado é uma isotopia. Este é o caso, por exemplo, quando aquilo que é enunciado como subentendido é tomado ao pé da letra pelo destinatário ou quando um enunciado como “é uma tigresa” é pronunciado em uma sociedade totêmica, onde não há contradição entre ser, ao mesmo tempo, um animal e um ser humano.

A segunda reação possível consiste em assumir que houve um erro: a disjunção é traduzida como uma disfunção acidental ocorrida no desenvolvimento da emissão e é simplesmente corrigida pelo receptor. O destinatário corrige, pura e simplesmente, aquilo que considera impróprio pelo que supõe ser correto: a porção do enunciado considerada imprópria é interpretada ora (a) como um lapso do emissor sem maior significação, ora (b) como um erro de percepção cometido pelo receptor ou, então, (c) como uma disfunção do canal. A interação dialética que define a figura não ocorre nesse caso.

A terceira reação concerne à produção de um sentido retórico. Este complexo mecanismo de mediação foi já descrito acima. Podemos denominá-lo reavaliação retórica.

A quarta reação consiste em resolver a tensão dialética entre dois graus da figura, aproveitando um dos seus dois componentes.

balhos que têm como tema explicar alguns aspectos dos discursos das autoridades norte-americanas sobre a guerra entre USA e Irak. Em todo caso, a origem está na junção de duas palavras gregas: *poli* (muito) + *akroasis* (dificuldade de entender as coisas sem explicações prévias). Os bons dicionários de português registram *acroase*.

Essa atitude tem a finalidade de anular tal tensão. Porém, em geral, esta anulação não se produz de modo instantâneo: ela ocorre, de modo mais freqüente, na diacronia, seja espontaneamente, seja através dos recursos de mediação discursivos (questão que vamos retomar).

Visto que se trata de resolver a tensão em favor de um dos seus componentes, esta estratégia se desenvolve, pois, de duas maneiras e, em função disso, falaremos tanto do convencionalismo quanto da reavaliação científica.

No primeiro caso – a “convencionalização” –, a solução da tensão se dá em proveito de um grau concebido: é o que ocorre no caso da catacrese. Uma secretária de direção não sobe na cadeira quando percebe que um rato está sob a escrivaninha e é necessário ser bem vitoriana para esconder os pés desse móvel porque são pés. “Rato” e “pé” não são, no caso, portadores do sentido “de mamífero roedor da ordem dos ungüiculados” ou de “parte inferior do corpo articulada à extremidade da perna.” Essa figura nos coloca, em certa medida, muito perto de um processo de lexicalização semelhante ao que se observa na figura de nosso “anjo”.

No segundo caso - a reavaliação científica -, a resolução da tensão age em função do grau percebido. Em termos mais simples, pode-se dizer que se trata de enfrentar a figura seriamente e de encontrar nela uma verdade ou uma hipótese que permita propor uma nova categorização do mundo e da experiência, categorização essa que poderia ter uma validade universal. Eis aí porque utilizamos a expressão “reavaliação científica”, mesmo se a estratégia é a de uma pessoa que acredita realmente no comércio carnal com os anjos. Para tal pessoa, a consideração do ponto (3^a) da descrição da figura não tem razão de ser: “anjo” e “casar” são isotópicos. O resultado reavaliado da alotopia está, então, integrado ao conjunto no qual se engendrou. Se esta atitude foi generalizada, ela tem uma consequência importante para o código onde a reavaliação se produziu, pois, como vimos, este código entra em um movimento de expansão. Vale dizer, por conseguinte, que tanto o estoque de crenças quanto o enciclopédico se modifica.⁶

6. Para maiores detalhes, ver *Groupe µ*, 1994, pp. 11-23; Klinkenberg, 1996a e 1999.

A última reação possível consiste em decretar que o enunciado não é de modo algum interpretável. O desvio é reconhecido como tal, mas qualquer a interação é recusada. O acordo de cooperação é rompido.

Vê-se que as diversas reações correspondem a vários tipos de interação entre os interlocutores (ou seja, a retórica das figuras propõe com clareza uma retórica da argumentação). O exame dessas possibilidades torna evidente que é impossível descrever a figura como um mecanismo estrutural, isto é, como um mecanismo descritível, com os instrumentos de uma lingüística interna, de modo imanente. Não se pode apreendê-la isolando-a dos diversos contextos sociais possíveis, pois ela faz parte de um processo constante de negociação:

- ou o destinatário reconhece uma alotopia ou, então, não a reconhece (caso número 1).
- se ele a reconhece, ele pode decidir manter ou romper a cooperação (caso número 5).
- se ele a mantém, ele pode ou não decidir atribuir uma significação enciclopédica à alotopia (caso número 2).
- se ele atribui uma significação, ele pode decidir se será uma reavaliação retórica (caso número 3) ou uma resolução de tensão (caso número 4).
- nesse último caso, pode-se optar por uma reavaliação científica (4a) ou uma “convencionalização”(4b).

Como se vê, há inúmeros graus de liberdade no processo: é o importante fenômeno da poliacroase (Albaladejo, 1998). Liberdade tanto na diacronia quanto na sincronia. Na diacronia, pode-se observar que um enunciado como “a terra é redonda” pode ser objeto de uma leitura retórica(3) que progressivamente deu lugar a uma leitura científica(4b). Na sincronia, um enunciado como “este é meu corpo” pode ser tanto objeto de uma reavaliação retórica (se reconhecermos nele um símbolo) quanto de uma reavaliação científica (é a tese da transubstanciação).

Parece conveniente, agora, interrogarmo-nos a respeito dos mecanismos que fazem que se opte por uma ou por outra posição, fato que pode acarretar relevantes conseqüências (sabemos, por

exemplo, que pessoas já foram queimadas por haver escolhido a reavaliação retórica em lugar de uma reavaliação científica). A força motriz dessa escolha é evidentemente o interesse (social ou biológico) e a pertinência da solução para o receptor e para o grupo ao qual ele pertence. O cálculo desse interesse depende da representação que ele tem dos conteúdos mobilizados pelo enunciado, da representação que faz do emissor (o que corresponde, sobretudo, à ênfase da antiga retórica), a qual está sujeita, parcialmente, à representação que o último quer dar de si mesmo (ethos).

Nota-se que apenas duas reações desembocam nos processos de mediação, aos quais retornaremos: são as reações 3 e 4, já que, nesta última, a abolição da tensão pode passar por uma mediação, contrariamente ao que ocorre com (2) e (5).

3.2. A figura é um lugar de solidariedade e de negociação

A produção e a decodificação representam um preço semiótico elevado, pago, ao mesmo tempo, pelo emissor e pelo receptor. As operações que acabaram de ser descritas devem ser, por força, produzidas em um lapso de tempo extremamente breve, porém, isto não quer dizer que elas representem um tratamento de informações de menor complexidade: produção de uma alotopia, recuperação desta alotopia, produção progressiva de um grau concebido como completo, graças a várias operações e inferências. Para adequar-se a este preço, é certamente necessário, conforme a lei de economia semiótica, descontar um ganho proporcional. Qual é então a pertinência desta estratégia?

Estas pertinências são tantas que não é possível detalhá-las aqui. Mas uma se reporta ao fato de que a figura torna solidários os participantes da troca. Contrariamente àquilo que se produz a partir do pressuposto, existe outro sentido implícito (Klinkenberg, 2002), cuja responsabilidade é do emissor, opostamente ao que se produz através do subentendido que, no caso, depende do receptor, a responsabilidade do sentido retórico é partilhada. Se o emissor não consegue

atribuir um sentido preciso à reavaliação e muito menos a forçar a integração, ele assume, ao menos – a partir do momento em que o desvio é percebido (nas reações de 2 a 5) – a responsabilidade da alotopia. Por meio dela, esse emissor mostra ao receptor que, com a finalidade de salvaguardar o princípio de cooperação (compromisso que o parceiro pode rejeitar: reação nº 5), cabe a ele a incumbência de efetuar qualquer reavaliação, mas ao receptor, em contrapartida, cabe decidir sobre o alcance do desvio (reações de 2 à 4).

Uma outra vantagem da figura é que ela permite resolver contradições ou experimentar soluções para diferentes problemas propondo mediações entre termos que mantêm uma relação de disjunção com estes problemas ou com as contradições. Ela exerce, por conseguinte, uma função autenticamente hermenêutica. Este último grupo de funções é tão importante que a ele voltaremos.

3.3. A figura coloca em evidência (e em questão) a estrutura do universo de referência comum

Mais do que conteúdos propriamente semânticos, o sentido retórico mobiliza conteúdos mitológicos ou enciclopédicos (que podem também ser mobilizados por semióticas não lingüísticas). Retomemos o exemplo do célebre *slogan* publicitário “Coloque um tigre no seu motor”.

A enciclopédia intervém ao menos em duas fases: na da constatação da alotopia e na da produção do grau concebido completo. No primeiro estágio, somente há constatação de alotopia quando o enunciado é dito no âmbito de uma sociedade onde não se acredita em motores que funcionem pela inserção de felinos: primeira intervenção da enciclopédia. Em segundo lugar, o enunciado, para produzir o grau concebido 2, nos convida a explorar as representações enciclopédicas de “tigre”. Estas representações podem ser muito variáveis e até mesmo antinômicas (mesmo que elas possam coexistir em um só e mesmo indivíduo). Assim sendo, o tigre pode ser associado à idéia de crueldade (como esse velho lobinho que é lembrado no *Livro da Selva*); mas pode também ser associado

à nobreza, ou ainda ao ciúme (ao menos em francês, língua em que se diz: “ciumento como um tigre”), etc. Algumas dessas representações são utilizadas à vontade no contexto imposto – o automóvel –, em outros o são menos. Será difícil, por exemplo, fazer intervir o traço de ciúme, enquanto se pode fazer surgir com facilidade o de “flexibilidade”.

Tudo isso nos permite sublinhar duas coisas.

A primeira é que o dispositivo figurativo criado pelo enunciador oferece ao receptor um presente: a adaptabilidade total ao enunciado figural. Tendo em vista que é o receptor quem constrói o sentido concebido, a própria natureza deste sentido será necessariamente adaptada à sua própria situação. Assim, cada participante pode adaptar uma dessas representações enciclopédicas ao seu caso pessoal mobilizando interpretantes diferentes: aquele que gosta de “queimar pneus” encontrará, nisso, um motivo de prazer, assim como o admirador de conduções mais flexíveis encontrará, por sua vez, o seu em coisas mais sutis, visto que “tigre” pode sugerir ao mesmo tempo crueldade, nobreza, força e flexibilidade... Todos os motoristas, cujos estilos de conduzir são algumas vezes bem diferentes, sentem, de certa maneira, satisfação no conteúdo do *slogan* estudado.

A segunda é que a figura é, ao mesmo tempo, contestação e confirmação de uma ordem anterior. Ou seja, violando as regras, a alotopia as ressalta ao colocá-las em evidência. Se, ao falar de uma mulher, dizemos “é uma tigresa”, tal afirmação se afasta, certamente, das regras que, no código, definem o sentido da palavra “tigresa”, mas também opera a partir de um sistema de lugares comuns. Lugares comuns no sentido forte do termo: o locutor de uma língua, inscrevendo-se em uma enciclopédia, está atrelado, por uma espécie de contrato, aos preconceitos e às opiniões correntes da cultura com a qual convive. No caso, a figura não seria decodificável se tais estereótipos somente atribuísem ao animal a crueldade ou a bestialidade, mas, também, a beleza selvagem e a inteligência e, ainda, outros estereótipos, relativos ao referente da figura, que a tornariam apta a receber estas qualificações⁷.

7. Mas não são somente os sentidos colocados em conexão pela figura que repousam sobre a sociabilidade. São os próprios movimentos que os associam.

Constata-se, portanto, que todo esse processo aparece iluminado por um saber antropológico que o relativiza: a noção de tópica sobre a qual se fundamenta a retórica clássica.

Assim,

longe de se limitar unicamente ao mundo da diferença, a inteligibilidade da retórica literária é indissociável do universo da norma e da identidade(...) O conjunto da linguagem comum é retomado através do contexto da enunciação. Para compreender a metáfora ou as figuras (a figuratividade), compreender os textos (a literariedade) que são fabricados com o mesmo tecido de ruptura, para compreender, enfim, a retórica (a retoricidade) é necessário convocar todo o discurso, com suas opiniões, seus lugares comuns... (Lempereur, 1991)

3.4. A figura permite a reorganização do conhecimento e das crenças

A figura permite resolver as contradições ou experimentar as soluções de diferentes problemas, propondo as mediações entre termos disjuntos dos problemas ou das contradições. Como o discurso argumentativo, ela também produz uma mediação. Detenhamo-nos sobre esse conceito.

As oposições elaboradas pelas culturas estruturam o universo em redes antinômicas: por exemplo, alto vs baixo, quente vs frio, mas também, vida vs morte, materialidade vs espiritualidade,

Também eles repousam sobre esquemas de pensamento que oferecem à derivação figural grandes regras produtivas. Em inúmeras culturas, vê-se aí a tendência de nomear uma nação ou uma coletividade pela sua suposta especialidade gastronômica. Em virtude desses esquemas, um xenófobo poderá exclamar, dirigindo-se a um súdito da rainha da Inglaterra "Se manda, Rosbif" ou, ainda, tratar um cidadão do país do senhor Berlusconi de "macaroni". Trata-se de um modelo disponível que reenvia a uma arquitetura do mundo, arquitetura mantida por grandes estereótipos. Desta arquitetura Roland Barthes tratou muito bem, quando, superando por antecipação a oposição entre as duas neo-retóricas, ele falava de "italianidade" como um modelo ideológico produtor de figuralidade.

natureza vs cultura ou, ainda, humanidade vs transcendência, horizontalidade do mundo x verticalidade das pulsões. Mas a possibilidade de ultrapassar essa polaridade e de tornar dinâmica a relação entre as unidades semióticas é a mediação.

Uma parte importante da atividade humana consiste em estabelecer uma ponte entre aspectos contraditórios do universo do sentido: entre o inerte e o vivo, entre a vida e a morte, por exemplo. De um lado, embora tais disjunções constituam o fundamento das trocas semióticas, elas, porém, não têm um caráter definitivo: uma nova conjunção pode ser elaborada entre os termos que se opõem. Graças à mediação, os contrários admitem a possibilidade de que sua contrariedade seja superada, é isto que autoriza a reorganização das enciclopédias. De outro, colocando em questão as oposições que estruturam o sentido – e fundamentam, portanto, as enciclopédias –, todas as mediações têm como objetivo colocá-las em questão⁸.

Existem muitos tipos de mediação: as simbólicas, as discursivas e as figurais. As primeiras podem ser também chamadas arquetípicas⁹ ou referenciais porque consistem em mobilizar explicitamente um enunciado de signos que designam processos ou objetos aos quais a cultura conferiu um valor mediador, processos ou objetos que ilustram a dialética entre termos em disjunção.

A mediação *referencial* se desenvolve em dois tempos. A primeira estratégia consiste em fazer corresponder a dois termos em disjunção *a* e *b* um par de equivalentes *a'* e *b'* de tal modo que *a* mantenha uma relação (frequentemente sinedóquica) com *a'* e *b'*. Tomemos, para exemplificar, contrários como morte e vida: podemos associá-los a um par de equivalentes, ponhamos, a guerra e a agricultura, atividades humanas em que tanto a morte quanto a vida podem estar presentes: a agricultura fornece frutos que nos alimentam e, em conseqüência, é produtora de vida, a guerra, em contrapartida, consiste em matar e, portanto, é produtora da morte. Se já é difícil conciliar morte e vida, não o é menos mediar agricultura e

8. Sobre isso, cf. *Groupe µ*, 1990.

9. Visto que as narrativas míticas, os folclores, os rituais religiosos e as artes em geral – da poesia à pintura – exploraram fartamente esta reserva de imaginário que constituem as mediações simbólicas.

guerra. O segundo momento da mediação consistirá, então, em explorar os pontos de aproximação entre os dois equivalentes, pois guerra e agricultura admitem, ao menos, um intermediário: a caça, por exemplo, uma atividade que consiste em matar para comer.

Torna-se compreensível porque as culturas sacralizam processos como a caça, a colheita, o vôo, o trabalho, o jogo, o esporte, a criação artística, a domesticação, a libação e a ingestão, o que significa que tais processos permitem superar as oposições percebidas como fundamentais... No vôo, por exemplo, o homem atinge o céu, mas o enfrenta, como Ícaro, para com isso demonstrar o lado penoso da labuta no chão. No trabalho, ele marca com sulcos a terra inimiga; o jogo, por sua vez, é uma atividade que compreende, ao mesmo tempo, acaso e regras que introduzem a ordem no caos. Quanto à devoração ou ao amor, sua função mediadora salta aos olhos. Mesmo objetos isolados – e não mais desentendimentos – podem preencher uma função de mediação simbólica na medida em que reenviam a processos. É o caso da árvore que, graças ao ímpeto de verticalidade que se pode ver nela, dinamiza a oposição entre o solo e o ar. Ou entre o pão e o vinho que são, em nossa cultura, os parâmetros do alimento. Assim, na elaboração deles, a autonomia do mundo natural não é abolida (o trigo cresce, a videira morre com o gelo). Temos de admitir que a astúcia humana é constante: nem o pão e nem o vinho existem na natureza, mas o homem os culturaliza amassando-os ou fermentando-os.

As segundas mediações são aquelas propriamente discursivas. Com efeito, a oposição é estabelecida em um enunciado e é progressivamente resolvida no próprio enunciado. Esta resolução progressiva pode ser obtida de duas maneiras: graças a uma argumentação ou graças a uma intriga.

Exemplo de uma mediação discursiva por argumentação: o discurso científico. Este tipo de discurso científico estabelece um efeito onde entidades até então disjuntivas podem ser conjuntivas graças à nova interpretação que se lhes dá. Por exemplo: a biologia precisou argumentar para fazer admitir que o homem e o animal, duas categorias até então tidas como opostas, podem, em certos domínios, ser consideradas como conjuntivas. A física de Einstein criou

um modelo que permite apreender simultaneamente a energia e a matéria.

Exemplo de mediação discursiva por narração: o conto maravilhoso. O conto coloca sempre uma oposição que o enredo deve resolver. Tomemos como exemplo a oposição entre o rico e o pobre: esta oposição que é um dos fundamentos mais sólidos em nossas sociedades e que se mostra como imprópria se a intriga propõe, digamos, que o pobre é, na realidade, o filho de um rei mascarado ou um príncipe roubado dos pais na infância....

Compreende-se que a narrativa pode ser descrita como uma transformação: seu papel na organização e reorganização semiótica é fundamental.

Em lugar de serem mediadas através de um processo atribuído a um referente (a caça, a libação, o coito) ou a um processos discursivo progressivo, a mediação pode ser produzida pelo discurso, embora, no caso, instantaneamente. É o que acontece na célebre locução “obscura claridade”: a mediação aí é instantânea, visto que o enunciado resolve as oposições no próprio momento em que as coloca.

Não nos deve surpreender, por conseguinte, a extraordinária rentabilidade das figuras em incontáveis tipos de discursos, discursos que vão da poesia à dos ritos religiosos e da imagem publicitária à picanálise com a condensação e o deslocamento.

O desenvolvimento figural produz, enfim, novas categorizações da experiência e cria sentido fazendo exatamente aquilo que faz o discurso científico: como ele, o figural propõe novas concepções do concebível. Certamente, ciência e retórica se opõem em mais de um ponto. Mas suas oposições são de natureza pragmática. Por exemplo, a reestruturação científica é percebida como procedimento que assegura uma melhor compreensão das coisas e por isso a ciência é vivida como sendo realista. Enquanto instituição, a ciência se mune de um poder, um executivo externo a ela mesma, suscetível de modificar a vida cotidiana de cada um. A reestruturação retórica é vivenciada de modo fantasmático: ela desenvolve um faz de conta, imita os procedimentos científicos e suas novas categorias são propostas sem perigo e a título de exploração. Mas o essencial é

fazer ver que a figura desempenha um papel autenticamente hermenêutico.

Bibliografia

- ALBALADEJO, T. 1998. "Polyacroasis in Rhetorical Discourse". *Canadian Journal of Rhetorical Studies; Révue Canadienne d'Études Rhétoriques*, t. IX, pp.155-167.
- CHARBONEL, N.; KLEIBER, G. (orgs.). 1999. *La métaphore entre philosophie et rhétorique*, Paris: PUF.
- GROUPE μ . 1994. "Sens Rhétorique et Sens cognitif". *La Rhétorique et La Sémiotique, Rhetorics and Semiotics*, n° especial de RSSI, *Recherches Sémiotiques. Semiotic Inquiry*, t. XIV, n. 3.
- _____. 1990. *Rhétorique de la Poésie*. Paris: Seuil.
- KLINKENBERG, J.-M. 1990. Rhétorique de l'argumentation et rhétorique des figures. In: MEYER, M.; LEMPEREUR, A. (orgs.). *Figures et conflits rhétoriques*. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, pp. 115-137.
- _____. 1996a. *Sept leçons de sémiotique et de rhétorique*. Toronto: Editions du GREF (Coleção Actes, n° 16)
- _____. 1996b. *Précis de sémiotique générale*. Louvain-la-Neuve: De Boeck. (Col. Culture et Communication). Reeditada em coleção de bolso, Paris, Le Seuil, 2000.
- _____. 1998. Retórica de la argumentación y retórica de las figuras: ¿ hermanas o enemigas?. In: *Retórica y texto*. Cadiz: Universidad de Cadiz, servicio de publicaciones, pp. 61-78.
- _____. 1999. Métaphore et Cognition. In: CHARBONEL, N.; KLEIBER, G. (orgs.), *La métaphore entre philosophie et rhétorique*, Paris: PUF, pp. 135-170.
- _____. 2002. La originalidad del sentido retórico. In: BERISTAIN, Helena (ed.). *El abismo del lenguaje*. México: Universidad Autónoma de México, pp.137-150.
- LEMPEREUR, A. 1991. Les restrictions des deux néo-rhétoriques. In: MEYER, M.; LEMPEREUR, A. (orgs.) *Fi-*

gures et conflits rhétoriques. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles.

QUENEAU, Raymond. 1947. *Exercices de style*. Paris: Gallimard.